

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PERCURSOS, CONCEPÇÕES E APROPRIAÇÕES

Carmem Zeli de Vargas Gil<sup>1</sup>

Zita Rosane Possamai<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste texto, percorremos um itinerário no tempo, abordando as relações entre educação e patrimônio e educação e museus. O viés pedagógico acompanha as práticas dos museus e aquelas vinculadas ao patrimônio, embora possam ser percebidas distinções entre ambas. Enquanto os museus aprofundaram sua missão educativa no tempo, as políticas ligadas ao patrimônio, no Brasil, incorporaram apenas recentemente práticas educativas nas suas ações de preservação dos bens culturais. Nesse último contexto, ganhou força a denominada educação patrimonial, surgida no âmbito dos museus e apropriada pela agência federal de gestão do patrimônio brasileiro e pelas instituições educacionais. O objetivo é compreender as apropriações e invenções relacionadas às representações e às práticas concernentes à memória e aos bens culturais, seja pelos museus e órgãos de gestão do patrimônio, seja por programas e projetos na educação básica, de modo a inspirar os que refletem e atuam em torno do tema da Educação Patrimonial.

**Palavras-chave:** educação patrimonial; museu; escola; IPHAN; educação em museus.

## HERITAGE EDUCATION: PATHWAYS, CONCEPTIONS AND APPROPRIATION

**Abstract:** In this paper, we make a journey in time, addressing the relationship between education and heritage and education and museums. The pedagogical bias follows the practices of museums and those related to heritage, although distinctions between them can be perceived. While museums deepened its educational mission in time, policies for the cultural heritage in Brazil only recently incorporated educational practices in their preservation efforts of cultural property. In this context, emerged the so-called heritage education in the context of museums and appropriated by the federal agency for the administration of Brazilian heritage and the educational institutions. The goal is to understand the appropriations and innovations related to the representations and practices concerning memory and cultural goods, whether by museums and heritage management agencies, or by programs and projects in basic education, in order to inspire that reflect and act around the theme of heritage education.

**Keywords:** heritage education; museum; school; IPHAN; museum education.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação (UFRGS). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Participa do Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS.

<sup>2</sup> Doutora em História (UFRGS). Docente do Curso de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Muito já se questionou sobre o termo Educação Patrimonial e se propôs falar em educação para o patrimônio, educação com o patrimônio, patrimônio e educação. Tal como o sujeito que procura sempre o objeto perdido no mesmo lugar, pouco avançamos nesse debate. Muito se critica a terminologia com a adjetivação da Educação ou a associação com uma única metodologia, mas o fato é que não encontramos uma terminologia que expressasse o processo contínuo e sistemático de ações voltadas à preservação, ao conhecimento e ao debate do patrimônio cultural, um conceito que se amplia e se desdobra sem cessar.

Experiências em museus, arquivos, ONGs e escolas têm avançado para além da imposição do conhecimento a respeito de um conjunto de bens que devem ser preservados como sendo representativo de todos. De todo modo, o termo educação patrimonial carrega o peso da abordagem institucional, historicamente elitista, centrada em bens materiais e relacionada aos fatos de uma determinada memória nacional. Hoje, entendemos como fundamental a reflexão a respeito da relação patrimonial com foco no sujeito ao mesmo tempo produto e produtor de cultura.

Nesse sentido, considera-se importante traçar um itinerário no tempo, abordando a relação entre patrimônio e museus e a educação, verificando diferenças e conexões, especialmente no Brasil, entre a educação em museus e as práticas incentivadas, seja no âmbito das políticas públicas de gestão do patrimônio, levadas a efeito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, seja pelo ensino, nas escolas e nas instituições de nível superior de formação de professores. A partir desse breve e preliminar percurso, pretende-se refletir sobre as apropriações e as reinvenções do que se denominou no Brasil de Educação Patrimonial, verificando sua potencialidade para as ações educativas com o patrimônio cultural.

### **Museus, patrimônio e educação**

A noção institucional de patrimônio assumida pelos Estados Nacionais, entre os séculos XVIII e XIX, de acordo com as particularidades de cada País, considerou o viés pedagógico dos bens culturais a serem preservados com o objetivo de representar a nação e ensinar sobre o passado às futuras gerações. Nesse sentido, a construção de representações e práticas vinculadas ao patrimônio constituiu-se em um dos baluartes relevantes para a consolidação de uma comunidade nacional imaginária, como será também o estabelecimento de uma língua oficial, a criação de um conjunto de imagens simbólicas (bandeira, monumentos, pinturas históricas), a implantação de um sistema de ensino nacional, consubstanciado na escola pública, entre outros aspectos. Desse modo, a justificativa educativa não se localizou a posteriori da definição de patrimônio, mas, ao contrário, historicamente esteve presente nas primeiras iniciativas ligadas à ideia de conservação dos bens com vistas à perenidade.

Os antecedentes históricos dos museus (SCHAER, 1993) podem ser localizados muito antes das primeiras ideias de conformação da representação de patrimônio pelas sociedades modernas, embora seja no mesmo contexto que surgiram os museus públicos e as instituições com caráter nacional, com o objetivo de abrigar as coleções anteriormente formadas pelos membros da monarquia, da nobreza e da Igreja. Em alguns países, antigos palácios e edificações foram ressignificados como patrimônio para abrigar coleções, dando nascimento aos museus nacionais, caso emblemático da nação francesa (BABELON, 1984); outras nações construíram novas edificações, especialmente para abrigar as suas grandes coleções de arte, caso da Alemanha (BRITTO, 2011) e da Holanda. Em ambas as situações, o que esteve em jogo foi o surgimen-

to da representação de museu público, aberto à visitação mais ampliada, se comparada àquela concernente às coleções privadas, mantidas sob o olhar de poucos.

Pode-se dizer, dessa forma, que, no contexto das sociedades e Estados modernos, museu e patrimônio são noções que convergem para o sentido de publicização dos bens culturais, ressemantizados como pertencentes a uma coletividade maior e inseridos num sistema educacional e cultural, que os legitima para narrar o passado e a memória que dá sustentação à nação. Desse modo, os museus e os patrimônios, assim como diversos outros elementos simbólicos, precisam ser vistos como dispositivos de criação e invenção de representações, narrativas, imagens sobre o passado e a memória, consubstanciados num extenso rol de práticas consolidadas no âmbito do Estado por seus agentes e que se materializarão nos séculos seguintes como políticas públicas.

O patrimônio e os museus, especialmente na segunda metade do século XX, sofreram uma expansão considerável, inserindo-se no âmbito das políticas públicas dos diferentes países e em nível internacional, por meio da UNESCO e dos seus Conselhos profissionais, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)<sup>1</sup> e Conselho Internacional de Museus (ICOM)<sup>2</sup>. A partir desse quadro mais amplo, deve-se compreender a atuação das diferentes nações nas políticas desse domínio. Importante observar que não se pode negligenciar a atuação dos agentes envolvidos nesse processo, pois serão esses representantes do Estado, intelectuais vinculados aos museus e ao patrimônio, que capitanearão as reflexões, os debates e as ações sobre a conservação e a valorização dos bens culturais. Assim, muito antes que práticas sejam adotadas como medidas jurídicas pelos estados, observa-se a elaboração de discursos por parte de agentes que tomam assento num determinado campo (BOURDIEU, 1989), caracterizado como espaço de disputa material e simbólica sobre os bens culturais.

No Brasil, os antecedentes da história dos museus iniciam-se ainda no período colonial, quando o território era lugar de coleta de espécimes da flora e da fauna, para suprir as coleções do museu metropolitano, por meio da Casa dos Pássaros (LOPES, 1997). O Museu Real, posteriormente denominado Museu Nacional, criado com a vinda da Corte, constituiu-se no primeiro museu de caráter metropolitano em território brasileiro, cujo objetivo era formar coleções provenientes de diversas partes do globo, no âmbito da voga científica classificatória do contexto. Ao longo do século XIX, outros museus foram criados, como o Museu Paulista, o Museu Paraense e o Museu Paranaense, primeiras instituições científicas brasileiras preocupadas com a coleta, o estudo e a formação de coleções de História Natural (amplo espectro que abarcava zoologia, botânica, mineralogia e etnografia), além de documentos e artefatos históricos (BREFE, 2005; SCHWARCZ, 2005). As coleções de ciências naturais, incluindo as etnográficas, tinham nos museus um lugar reservado para guarda, estudo e exposição antes que o Estado assumisse uma política pública relacionada ao que já se configurava como patrimônio em outros países. Assim, na segunda metade da década de 1930, o projeto de Mario de Andrade é elaborado e o decreto de 1937 é aprovado, iniciando oficialmente no Brasil as políticas públicas de preservação do patrimônio, embora antecedentes possam ser observados anteriormente na Inspeção de Monumentos Nacionais (MAGALHÃES, 2004), criada no âmbito do Museu Histórico Nacional.

No Brasil, a relação dos museus com a educação é concomitante à criação das primeiras instituições, sejam estas de caráter nacional ou regional (LOPES, 1997; POSSAMAI, 2014). Os primeiros museus de ciências preocuparam-se com a coleta, a classificação e o estudo de suas coleções, ao mesmo tempo em que mantiveram exposições abertas ao público, receberam e orientaram visitantes e, ainda, contribuíram

para a confecção de materiais didáticos destinados à utilização nas escolas públicas, inserindo-se num contexto mais amplo de valorização do conhecimento científico na educação, calcado nos parâmetros empiristas e positivistas, materializado na voga do método intuitivo ou lição de coisas (VALDEMARIN, 1998; POSSAMAI, 2012).

Assim como ocorre com os museus, é possível encontrar pistas sobre a preocupação com a educação nas narrativas dos intelectuais envolvidos com os primeiros anos da agência de preservação do patrimônio no Brasil. Em carta a Paulo Duarte a respeito do anteprojeto de criação do SPHAN, apresentado ao ministro Gustavo Capanema em 1936, Mario de Andrade diz:

*O meu modo de ver é que esta campanha, a lei federal sobre o nosso patrimônio, e a lei estadual idêntica que você está preparando, são como a escola primária. Não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade nova que adquiriu (DUARTE, 1977, p 153-154).*

As palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), também apontam a relação entre o patrimônio e a educação:

*Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos cidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud OLIVEIRA, 2011, p. 32).*

Se o viés pedagógico do patrimônio pode ser observado nessas narrativas, as práticas educativas, no entanto, diferenciar-se-ão daquelas atinentes aos museus, que privilegiarão, sobretudo, os escolares. No caso das políticas públicas relativas ao patrimônio edificado, lideradas pelo órgão nacional e, posteriormente, compartilhadas com estados e municípios do território brasileiro, talvez não haja maior risco em afirmar que a preocupação com a conservação dos bens culturais tenha vindo em primeiro plano e tenha sido vislumbrada como modo de conhecimento sobre o passado, a ser depois apropriado pelos cidadãos, através da educação. Da mesma forma, é possível pensar o viés pedagógico contido na conservação dos bens e a perspectiva de transformação de muitas das edificações tombadas em museus, o que permitiria potencializar a capacidade educativa do patrimônio preservado.

Nesse sentido, é compreensível o divórcio que se estabeleceu entre os órgãos de preservação e as comunidades, muito pela forma como foram estruturados em contextos de governos ditatoriais. Desde então, pouco se avançou em práticas preservacionistas para além da necessidade de explicar, transmitir e fazer absorver os valores institucionalmente estabelecidos para o patrimônio. Nos mais de 70 anos de atuação do IPHAN à frente das políticas de preservação do patrimônio brasileiro, tem-se 1100 bens tombados e a marca do conflito com as comunidades. Nesse contexto, torna-se consenso a importância da dimensão educativa do patrimônio, anunciada nas narrativas dos agentes envolvidos, desde a elaboração do projeto de criação do SPHAN.

No caso específico dos museus, a dimensão educativa da instituição caminhou no Brasil *par i passu* às demais funções, atinentes à cadeia operatória museológica. Entretanto, é possível verificar momentos importantes em que a relação entre os museus e a educação tomou assento nas reflexões e debates entre os

profissionais ligados aos museus. Nessa perspectiva, o ano de 1958 pode ser considerado um marco nesse percurso, tendo em vista que o Brasil sediou, na cidade do Rio de Janeiro, o Seminário Regional da UNESCO, intitulado Função Educativa dos Museus (KNAUSS, 2011; FARIA, 2013). Esse seminário inseriu-se num quadro mais amplo de fomento, por parte da UNESCO, de debates sobre a relação dos museus com a educação, tendo sido antecedido pelos encontros de 1952, realizado em Nova Iorque, e 1954, realizado em Atenas. O Seminário deixou como legado um documento que dá pistas sobre o escopo das discussões travadas entre os diversos profissionais estrangeiros e brasileiros que lá estiveram.

Desse modo, é possível observar um momento de intenso debate sobre educação nos museus, que teve como cenário o País. Mas muito mais que a presença dos intelectuais brasileiros no evento, o Seminário de 1958 foi o fomentador da produção e da publicação de obras abordando essa temática específica, entre as quais destacam-se os livros *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, de Guy José Paulo de Hollanda; *Museu e Educação*, de Florisvaldo dos Santos Trigueiros; e *Museu Ideal*, de Regina Monteiro Real<sup>3</sup>. Abarcando um amplo leque de considerações atinentes à problemática da educação em museus, essas primeiras produções publicadas por brasileiros contribuíram para um mapeamento dos serviços educativos oferecidos pelos museus brasileiros, destacando a importância das coleções e de uma educação a partir dos objetos, bem como a relação dos museus com as escolas e as comunidades, no sentido de ampliar seus públicos visitantes.

Sem querer aqui traçar um itinerário linear da produção brasileira sobre educação em museus, o que exigiria uma investigação de maior fôlego, passamos a considerar as décadas de 1980 e 1990, quando o debate sobre educação em museus ganhou novos contornos, a partir da introdução, no Brasil, da expressão Educação Patrimonial<sup>4</sup>, concebida como:

*uma proposta metodológica e um tipo de ação social, de 'microação', como diria Habermas, que procura tomar os bens culturais como fonte primária de um trabalho de ativação da memória social, recuperando conexões e tramas perdidas, provocando a afetividade bloqueada, promovendo a apropriação pelas comunidades de sua herança cultural, resgatando e/ou reforçando a autoestima e a capacidade de identificação dos valores culturais ameaçados de extinção... desenvolvida na escola, nos sistemas de educação formal e não-formal, com crianças e adultos[...](HORTA, 2000, p. 35).*

O cerne da proposta centrava-se na utilização dos bens culturais como ponto de partida para ações educativas que se desenvolveram, inicialmente, no âmbito de projetos do Museu Imperial, onde a metodologia pode ser aplicada por seus profissionais, alcançando certa difusão no território brasileiro, especialmente após o seminário *Uso Educacional de Museus e Monumentos*, realizado em 1983 na sede da instituição, em Petrópolis, e da publicação, em 1996, do Guia básico de Educação Patrimonial (HORTA, 1999).

É importante observar que o Museu Imperial, como todos os museus nacionais naquele contexto, pertencia institucionalmente ao IPHAN, o que contribuiu para explicar a difusão da chamada Educação Patrimonial para outras iniciativas, além dos museus. Assim, no Rio Grande do Sul, por exemplo, Educação Patrimonial penetrou por meio das iniciativas de apoio de sua Coordenadoria Regional, mediante consultoria dos profissionais do IPHAN, a projetos locais cujo escopo centrava-se no patrimônio cultural. O *Projeto Identidade*, desenvolvido no município de Silveira Martins, na região central do estado, conhecida por sua denominação histórica de Quarta Colônia, constituiu-se em uma dessas iniciativas lideradas



pelo poder municipal, com apoio do órgão federal e de organismos internacionais (ITAQUI, 2000). O projeto definiu-se como utilizando os pressupostos teórico-metodológicos da Educação Patrimonial, ressaltando especialmente as construções afetivas da população do lugar em torno de suas origens, desvalorizadas historicamente. No entanto, não deixou de levar em conta um quadro mais amplo de desigualdades sociais em que o aluno e o professor estavam inseridos. Desse modo, pode ser possível vislumbrar naquele projeto uma perspectiva crítica em relação à memória e ao patrimônio herdados.

É digna de nota, ainda, a introdução da denominada Educação Patrimonial nos projetos em Arqueologia, a partir das exigências do órgão federal, responsável pela preservação dos sítios e bens arqueológicos. Desde 1988, o IPHAN exigia a realização de atividades de divulgação científica e exploração do potencial educacional dos sítios pesquisados. A partir de 2002, o IPHAN tornou obrigatória a realização de Programas de Educação Patrimonial nos projetos de escavações arqueológicas, realizadas mediante contrato e autorizadas pelo órgão. Essas exigências geraram a realização de práticas das mais diversas, sob o rótulo de educação patrimonial, em todo o território brasileiro.

É importante lembrar que o Decreto 3551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, representa um novo momento para a política de preservação nacional e propõe novos desafios à educação patrimonial, uma vez que evidencia práticas culturais de grupos esquecidos pela História, formas de trabalho ignoradas, cultos religiosos desvalorizados, saberes que, em seu conjunto, ampliam o entendimento do que se convencionou denominar patrimônio brasileiro. Considerar saberes, celebrações, lugares e formas de expressão nas ações de educação patrimonial implica discutir as noções de brasilidade e identidade nacional, atreladas ao universo da cultura popular e imaterial. Desse modo, os processos de identificação, pesquisa e registro desses bens acabou por gerar ações educativas junto aos grupos culturais envolvidos, mesmo que não assumissem explicitamente essa denominação. Reside aí um campo aberto para estudos.

Ainda no contexto do Rio Grande do Sul, Educação Patrimonial constituiu-se em palavra-chave nas iniciativas educativas realizadas pela Prefeitura da capital, Porto Alegre, ao longo dos anos 1990. Naquele caso, os projetos educativos adquiriram viés institucional, a partir do museu e arquivo municipais<sup>5</sup>, que partiam de suas coleções e acervos para propor ações pedagógicas aos seus diferentes públicos, bem como foram propostas ações educativas por meio de oficinas, em situações diversas, concernentes ao patrimônio (POSSAMAI, 2001).

Outro aspecto a destacar diz respeito aos projetos de educação patrimonial desenvolvidos em arquivos públicos<sup>6</sup> que aproximam, cada vez mais, as escolas desses espaços de memória. Destacam-se as ações do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, que realiza um programa de Educação Patrimonial, divulgando patrimônios documentais, compreendidos como fontes primárias de pesquisa histórica e para garantia de direitos aos cidadãos. No final do ano de 2008, a parceria entre o Apers e a UFRGS possibilitou a criação da oficina *Os Tesouros da Família Arquivo*, voltada aos estudantes das 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, que discute a escravidão com documentos do acervo que registram a vida de sujeitos escravizados (um inventário, um testamento, uma carta de compra e venda de escravos, uma carta de alforria e um processo crime). Em 2010, é disponibilizada a oficina *Desvendando o Arquivo Público: Historiador por um dia*, que aborda o ofício do historiador com diferentes tipos de documentos do acervo (processo crime, certidão de nascimento, processo de medição de terras, inventário e habilitação para o casamento). Em 2011, o APERS propõe o curso para professores de escolas públicas *Educação Patrimonial e Cida-*

*dania*, ampliando as discussões de educação patrimonial para a formação continuada de professores. Em 2013, o programa se amplia com mais uma oficina, agora para o Ensino Médio: *Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos*, realizada com processos administrativos salvaguardados pelo Arquivo e produzidos durante os trabalhos da Comissão Especial de Indenização aos Ex-presos Políticos do RS, criada pela Lei 11.042 de 1997, que reconheceu a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados às pessoas presas por motivos políticos entre 1961 e 1979.

Assim, observa-se que, para além dos museus, onde se iniciaram as práticas de Educação Patrimonial, esta se irradiou para os arquivos e iniciativas cujo cerne consistia em práticas em torno do patrimônio cultural. Desse modo, pode-se considerar certo consenso acerca da importância de tais ações que, não necessariamente, convergiam metodologicamente com a proposta inicial do Museu Imperial. Educação Patrimonial passou a denominar, de modo difuso, as práticas educativas em torno do patrimônio cultural em sentido amplo.

Conforme visto anteriormente, na atuação do IPHAN, a educação foi tratada como consequência da conservação dos bens culturais edificados e, nas décadas mais recentes, iniciativas pontuais de apoio a determinados projetos podem ser observados, como foi o caso do Rio Grande do Sul. A publicação do Guia da Educação Patrimonial, em 1996, assumido pelo IPHAN, foi relevante naquele contexto, embora tenha se constituído em um roteiro de atividades, não aprofundando as discussões sobre o patrimônio. Os anos 2000 começam com outras discussões, publicações das superintendências estaduais, criação de uma gerência junto ao IPHAN e documentos que sistematizam as discussões as quais permitem a publicação, em 2014, das diretrizes para a educação patrimonial. Retomando alguns desses momentos, destaca-se o ano de 2004, quando foi publicado o Decreto nº 5.040/04 do IPHAN que cria a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos – GEDUC.

A GEDUC (FLORÊNCIO *et al*, 2014, p.14) tem o objetivo de “*discutir diretrizes teóricas e conceituais e eixos temáticos norteadores, consolidar coletivamente documentos e propostas de encaminhamentos e estimular o fomento à criação e reprodução de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil*”. A Coordenação de Educação Patrimonial busca, então, promover, articular e avaliar programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural, abarcando a noção ampliada de Patrimônio Cultural (presente no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e nos parâmetros da área de Patrimônio Imaterial, criada por decreto no ano de 2000).

Em 2005, ocorre o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP), uma reunião para discussão e proposição de parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial do IPHAN nas escolas, nos museus e em outros espaços sociais. Em 2009, é produzida a Carta de Nova Olinda e ocorre o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Em 2011, o Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial consolida diretrizes da Política Nacional de Educação Patrimonial e fortalece a rede de instituições e de profissionais atuantes na área educacional, firmando a parceria entre MEC e IPHAN para que o tema Educação Patrimonial integrasse o macrocampo Cultura e Artes do Programa Mais Educação, de Educação Integral.

Esse debate configurou o que hoje a GEDUC define como Educação Patrimonial:

*[...] constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como*

*foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 19).*

No documento citado acima, as ações com o patrimônio somente ganham efetividade com o envolvimento das populações, privilegiando um trabalho integrado que possibilite a continuidade e o aprofundamento das atividades. O debate necessita ampliar a discussão teórica, diante das diferentes concepções e projetos nomeados de educação patrimonial. Porém, a publicação de diretrizes, além de assumir o termo educação patrimonial como indicador para políticas públicas, aponta caminhos para a compreensão mais ampliada do tema. Além da ressignificação dos bens culturais para diferentes gerações, é um tema relevante no currículo da educação básica, na formação de professores e nos programas de museus, arquivos e memoriais.

A política de Educação Patrimonial do IPHAN está estruturada em três eixos de atuação: inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal; gestão compartilhada das ações educativas; instituição de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial. Assim, a educação patrimonial é componente importante nos processos de identificação, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, constituindo-se em um trabalho transversal nas atividades do órgão. É, em síntese, o caminho para a escuta das comunidades, evidenciando que, além da visão do historiador, do arquiteto, do sociólogo, do geógrafo, é de igual importância, a visão dos moradores e/ou usuários dos bens. Desse modo, ao que tudo indica, deixa-se a configuração inicial de pensar a educação apenas como tarefa a ser cumprida a posteriori da preservação dos bens culturais, decidida e implementada por um campo especializado, abrindo possibilidades de intervenção de outros agentes envolvidos.

No âmbito da Educação Básica, o tema tem ocupado, cada vez mais, espaço no currículo. Uma importante iniciativa é o Programa Mais Educação, que amplia as discussões do patrimônio cultural no espaço escolar. O programa tem por objetivo ampliar a jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. É operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Participam escolas municipais e estaduais rurais, indígenas, escolas em áreas de pobreza, com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, com número considerável de alunos que recebem benefício do *Programa Bolsa Família* e escolas em áreas de vulnerabilidade social e municípios que fazem parte do *Plano Brasil sem Miséria*. A escola que escolhe o tema Educação Patrimonial no macrocampo Cultura e Artes do Mais Educação recebe recursos do *Programa Dinheiro Direto na Escola – Educação Integral* para aquisição de equipamentos audiovisuais, necessários à efetivação da proposta de organizar, junto aos alunos, um inventário<sup>7</sup> pedagógico do patrimônio local.

*O inventário traz um conjunto de fichas para organizar e reunir informações sobre o Patrimônio Cultural local, partindo do olhar dos estudantes. As categorias utilizadas para classificar os diversos bens culturais – Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes – se baseiam nas categorias que o próprio IPHAN/MinC adota em seus trabalhos de identificação e reconhecimento do Patrimônio Cultural do Brasil.*



(FLORÊNCIO *et al*, 2014, p.34)

É importante destacar que, até então, o tema do patrimônio foi mais efetivo nos documentos legais do que em ações de maior continuidade no currículo da Educação Básica. A exemplo, lembramos que um dos “objetivos gerais do ensino fundamental” consiste em: “Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro” (PCNs, 1998, p. 9). O item é reafirmado nos “objetivos gerais de história”: “Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia” (PCNs, 1998, p.43).

Tanto os Parâmetros do Ensino Médio quanto as orientações curriculares para o Ensino Médio apontam o compromisso da História em relação à memória. O direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas em toda a sua diversidade étnico-cultural. A constituição do patrimônio cultural diverso e múltiplo e a sua importância para a formação de uma memória social e nacional, sem exclusões e discriminações, são abordagens necessárias aos educandos (PCNEM, 1999, p.78).

Ainda os PCNEM (p. 26) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (p.79) apontam a necessidade de introduzir, na sala de aula, o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos, permitindo a compreensão do papel da memória na construção de vínculos. Sugere o texto legal retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato com ruas, praças, edifícios públicos, festas e outras manifestações imateriais da cultura.

Percebe-se que os textos legais contêm avanços em relação ao patrimônio, embora a memória apareça nos documentos oficiais como algo a ser valorizado, ou seja, a memória e o patrimônio ainda não são vistos como documentos históricos e pouco se aprofunda os usos do passado. Certamente, esse viés relaciona-se a uma visão institucionalizada do patrimônio e da memória, representados pelos bens culturais, e não como fruto das dinâmicas históricas das quais fazem parte relações específicas entre agentes sociais.

No âmbito da formação de professores, a educação patrimonial é componente curricular. No Curso de História da UFRGS, a disciplina de Estágio de Docência em História III – Educação Patrimonial possibilita que o estagiário acompanhe as atividades cotidianas das instituições culturais, observe suas ações educativas, proponha atividades com o acervo, acompanhe o mediador em visitas guiadas e participe de reuniões de estudos organizadas pela instituição. Ao realizarem as etapas de observação, contextualização da instituição-campo, acompanhamento das ações de educação patrimonial e de intervenção prática em um espaço desconhecido para muitos, os acadêmicos ampliam suas reflexões em relação ao ensino de História. À pergunta *como* se aprende, acrescenta-se outra de igual importância, que é *onde* se aprende História. Como determinados espaços podem se constituir em ambientes pedagogicamente relevantes? (GIL, 2013).

A educação patrimonial coloca em discussão a importância dos museus, arquivos e memórias nos currículos de História e nos permite explorar diferentes formas de aprender, que ultrapassam as estratégias tradicionais. O estágio de docência em instituições de memórias, com foco na educação patrimonial, é uma experiência que desafia o futuro professor a pensar o ensino e a aprendizagem para além da sala de aula. Trata-se de uma experiência que poderá contribuir na constituição de diretrizes para uma política de educação que considera o patrimônio, bem como uma política de patrimônio articulada à educação. Isso porque os licenciados em formação inicial poderão, mais tarde, ampliar os canais de participação no inte-

rior da sociedade que gera e alimenta os processos culturais nos quais se inserem os objetos, as manifestações, os símbolos e os significados relativos à memória e ao patrimônio cultural brasileiro (GIL, 2013).

Outra iniciativa relevante que aproxima o tema do patrimônio da formação de professores diz respeito à participação do IPHAN na elaboração anual do edital ProExt que propõe, entre as linhas temáticas, a “Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro”. Desde a sua criação, em 2009, já foram investidos mais de R\$ 20 milhões somente na linha temática de Patrimônio. O ProExt é uma ação interministerial, coordenada pela Secretaria de Educação Superior (Sesu), do Ministério da Educação (MEC), e reforça a parceria entre o IPHAN e as universidades na promoção e na discussão do patrimônio. A novidade no Edital de 2015 é a inclusão, na linha temática de patrimônio, das ações de museologia social, em parceria com a Coordenação de Museologia Social do Ibram.

O breve panorama apresentado evidencia avanços nas concepções de educação patrimonial. Torna-se consenso a necessidade de envolver a comunidade nos programas e projetos; amplia-se a noção de patrimônio, não mais um produto que cabe preservar, proteger, restaurar e difundir. Opera-se com uma concepção de educação patrimonial fundamentada na desnaturalização do patrimônio. Eis, então, o desafio atual: construir projetos de educação patrimonial, tomando o patrimônio como documento para o ensino e, assim, problematizar e debater as práticas culturais que engendram patrimônios.

### **Para continuar pensando a educação patrimonial**

Voltamos ao ponto de partida para dizer que educação e patrimônio são um duplo potente que possibilita correlações fecundas. A educação, como um processo de constituição do sujeito, trama fios de vivências e experiências para humanizar. O patrimônio, servindo-se de tudo que possa representar a história, é documento para a educação, seja escolar, seja no museu. Para concretizar nosso objetivo, percorremos um breve itinerário da relação entre educação, museus e patrimônio, bem como perseguimos algumas apropriações do conceito de educação patrimonial pelos seus protagonistas do IPHAN, da escola e de museus. Em torno do tema da educação patrimonial, diferentes momentos das políticas patrimoniais são evidenciados e tensionados para anunciar o consenso construído em torno de sua importância para promover a participação da população na definição de o que se constitui como patrimônio cultural brasileiro.

Se pode ser observado certo consenso em relação à valorização do binômio patrimônio e educação, por outro lado, os caminhos metodológicos são diversos e evidenciam concepções conservadoras do educar como transmissão de heranças. Desse modo, é possível perceber um distanciamento por parte das instituições museológicas brasileiras em relação à expressão educação patrimonial, enquanto que as pesquisas relacionadas à diversidade de públicos e à busca por uma multiplicidade de metodologias sugere a precariedade de indicação de uma metodologia única para abordar contextos diversos onde os museus estão inseridos, públicos cada vez mais diferenciados e com necessidades e expectativas particulares, assim como patrimônios de distintas naturezas a serem objetos de extroversão. Assim, no espectro dos museus brasileiros, a pauta de discussão tem girado em torno da discussão e da definição de ações sobre educação em museus, cujos temas de reflexão são dos mais variados, indo desde a perspectiva de estudo dos seus públicos, passando pela preocupação com a inclusão social e com a acessibilidade como norteadoras de ações educativas no âmbito das instituições. Nos museus, conforme visto acima, a educação caminha *par i*

*passu* com a instituição, sendo uma de suas preocupações mais relevantes e objeto de reflexões teórico-metodológicas há várias décadas, especialmente no âmbito da produção do CECA Brasil<sup>8</sup>. Ainda, é possível observar uma separação entre os debates sobre educação no âmbito dos museus e aqueles desenvolvidos no âmbito institucional do IPHAN, especialmente após a criação do Instituto Brasileiro de Museus que, mais recentemente, promoveu a elaboração do Programa Nacional de Educação Museal<sup>9</sup>.

O mesmo não se pode afirmar em relação às práticas educativas com os patrimônios externos às instituições museológicas, especialmente em contextos locais de atuação do IPHAN e dos municípios. Daí a repercussão da denominada Educação Patrimonial, apropriada por inúmeros agentes e instituições, sem necessariamente pautar-se pelos pressupostos metodológicos sugeridos originalmente. Pode-se afirmar, assim, que, apropriada a partir de uma iniciativa primeira, Educação Patrimonial foi reinventada pelos confins do Brasil, sendo ressignificada em suas representações e práticas relativas ao patrimônio e à memória. A potência da expressão pode sugerir, por um lado, a inutilidade de substituição do termo e, por outro, a tentativa de estabelecer normas institucionalizadas para sua aplicação, como ainda vem sendo preocupação no Brasil, conforme visto anteriormente.

Essa última questão merece consideração, pois, infelizmente, ainda é preciso dizer que as práticas educativas com o patrimônio não podem ser enquadradas em roteiros e manuais. Antes disso, cabe perguntar: o que interessa ao ensino? Ou, quais patrimônios podem ser objeto de estudo nas aulas? Seriam os objetos artísticos, os saberes ou aqueles bens relacionados aos fatos memoráveis? Tanto um quanto outro, desde que o acento das ações e projetos esteja na relação patrimonial<sup>10</sup>, ou seja, o foco é o sujeito ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. O bem patrimonial não é o elemento estruturante da educação patrimonial, mas a relação que se estabelece entre o sujeito, o patrimônio e o espaço onde está situado esse bem. Isso implica discutir as relações existentes entre os protagonistas das ações e os bens: afeto, desafeto ou indiferença? Em outros termos, na reflexão sobre o patrimônio, interessa mais os processos de atribuição de sentidos relacionados aos usos do que sua materialidade que atesta o passado preservado como herança. Interessa, portanto, a leitura que o sujeito faz do bem, assim como a influência do local onde o objeto está disponível ao olhar do sujeito (VARGAS, 2012). Nesse sentido, não é possível desenvolver educação patrimonial com roteiros, guias ou manuais, pois os sentidos, os usos e a ambiência do bem se transformam ao longo do tempo; refletir sobre sua biografia em relação é, talvez, o grande desafio para a educação patrimonial, seja no museu, na escola ou em outro espaço.

Ao preconizar os pressupostos de uma educação que possibilite interrogar os processos históricos a partir do patrimônio, preservar um bem patrimonial é estudá-lo na trama urbana ou rural que lhes deu sustentação. Um palacete residencial ou uma casa de Câmara; um saber fazer ou uma forma de expressão; uma paisagem representativa do processo de interação do homem com o meio natural são temas para a educação patrimonial. Com isso, estamos questionando a educação patrimonial operacionalizada com ações pontuais e valorizando aquela que, de forma permanente, interroga, investiga e debate as escolhas, seleções e critérios de atribuição de valor. Em outras palavras, entende-se o patrimônio como documento (LE GOFF, 1994).

A identificação, valorização e preservação do patrimônio imaterial, protagonizado pelo Japão no pós Segunda Guerra Mundial - valoriza e apoia a transmissão de saberes e fazeres - abre caminho para iniciativas, em diferentes países, que evidenciam a diversidade cultural do planeta. A educação patrimonial pode abarcar ações com lugares, formas de expressão, celebrações e saberes que, em seu conjunto, anunciam

histórias e memórias mais plurais. Saber fazer Viola de Cocho do Mato Grosso, a Feira de Caruaru em Pernambuco, a capoeira, o Jongo do sudeste, o samba de roda do recôncavo baiano, o sistema agrícola do Rio Negro, o chimarrão no Rio Grande do Sul, entre tantos outros patrimônios imateriais, podem ser temas para a educação patrimonial, assim como, também, o que cada localidade considera representativo de sua vida.

Se o momento reclama novas análises e seleções de bens culturais ampliando o que se entende por patrimônio, também a educação patrimonial necessita incorporar os bens não consagrados pelas políticas de preservação. Como signo polifônico, o patrimônio permite diferentes leituras, renovando as abordagens num exercício constante de descoberta. O patrimônio cultural não parece mais como algo distante e monumentalizado, mas próximo aos objetos do cotidiano, acessível a qualquer pessoa. Eis outro desafio para a educação patrimonial: aproximar o patrimônio consagrado do patrimônio comunitário e, ao mesmo tempo, pensar os usos do patrimônio e as relações que as pessoas estabelecem com bens consagrados ou não.

Não é fácil, sabemos! Porém, vivemos outro momento histórico em que a preservação do patrimônio é importante pelas relações que as populações estabelecem com tais bens e, não somente, porque representam fatos excepcionais da memória nacional. Premidos por uma nova visão da História e da memória, somos convidados a debater o patrimônio e perceber o que foi esquecido, silenciado ou por que algumas coisas foram preservadas e outras não.

## REFERÊNCIAS

- BABELON, Jean-Pierre. Le Louvre: demeure des rois, temple des arts. In : NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Tomo II La nation.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BREFE, Ana Claudia Fonseca. *Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional*. São Paulo: Editora UNESP/Museu Paulista, 2005.
- BRITTO, Fabiano de Lemos. Modos de habitar a história ou filosofia, cultura e arquitetura na fundação do AltesMuseum de Berlim. *EducationPolicyAnalysisArchives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, vol. 19, enero, 2011, pp. 1-25, Arizona StateUniversity Estados Unidos.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977, p. 153-154.
- FARIA, Ana Carolina Gelmini de. *O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958)*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- FLORENCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos*. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. 63 p.

- GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan. *Patrimônio cultural e ensino de História*. Porto Alegre: Edelbra, 2013.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da Educação Patrimonial. *Ciências e Letras*, p. 13 a 35, n. 27, 2000.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas o enigma e o desafio da educação patrimonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, p. 220 a 233, n. 31, 1999.
- ITAQUI, José. Educação patrimonial e desenvolvimento sustentável. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 229-245, jan./jun. 2000.
- KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes e o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46. Belo Horizonte, Jul/Dez de 2011. p.581-597.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- LOPES, Maria Margaret. *Brasil descobre a pesquisa científica*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)*, 2004. 152p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. *Educação Patrimonial no Iphan - Monografia (Especialização) Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)*. Brasília, 2011.
- POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). *A memória numa cidade democrática*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001.
- POSSAMAI, Zita Rosane. “Lição de Coisas” no museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. In: *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*. vol. 20, nº 43, 2012.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Colecionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, nº 53, p.365-389, mai/ago 2014.
- RIBEIRO, Raphael Rajão e TORRE, Michelle Márcia Cobra. *Diálogos com a Educação Patrimonial e o Ensino de História em Instituições Arquivísticas: Ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. Dossiê sobre “Difusão Cultural em Arquivos”. *Revista Acervo do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 67-88, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/issue/view/2>
- SCHAER, Roland. *L'invention des Musées*. Paris: Gallimard, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- VALDEMARIN, Vera T. Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, R.F.; VALDEMARIN, V.T.; ALMEIDA, J.S. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP, 1998.
- VARGAS, Pedro R. N. F. *O uso do conceito de relação patrimonial nos estudos sobre representações do patrimônio: entre o objeto e o processo de patrimonialização*. In: *Historiæ*, Rio Grande, 3 (3): 113-135, 2012.



## NOTAS

- 1 Para maiores informações, ver o site <[www.icomos.org](http://www.icomos.org)>.
- 2 Para maiores informações, ver o site <[www.icom.museum](http://www.icom.museum)>.
- 3 Para um detalhamento sobre o Seminário de 1958 e sobre as obras e produção desses profissionais, todos oriundos do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, ver o artigo de Ana Carolina Gelmini de Faria nesse dossiê.
- 4 Em diversas oportunidades, foram ouvidos pelas autoras relatos orais da museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, então diretora do Museu Imperial, sobre sua ida à Inglaterra realizar seu doutorado, quando conheceu a expressão na língua inglesa, traduzida para Educação Patrimonial no idioma português.
- 5 Entre os projetos educativos desenvolvidos no Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, nesse período, destacam-se Aula no Museu e Noite no Museu; no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho, foram desenvolvidos os projetos Papel Antigo, Papel Velho e Vivo Toque. Para maiores informações, ver POSSAMAI, 2001.
- 6 Destaca-se também o projeto do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. O APCBH, desde meados da década de 1990, conta com ações educativas fundamentadas no diálogo entre com o ensino de história, incorporando procedimentos teórico-metodológicos de produção do conhecimento histórico, desenvolvendo estratégias de leitura de documentos e o tratamento da história local. Em 2003, o arquivo lança o Vídeo documento, voltado para o público escolar, discutindo o sentido do arquivo público municipal como patrimônio da cidade. Para tanto, parte-se do arquivo pessoal de uma criança e a variedade de documentos que o compõem e chega-se no arquivo da cidade. Outras publicações e projetos do APCBH são apresentados em: RIBEIRO, Raphael Rajão e TORRE, Michelle Márcia Cobra. Diálogos com a Educação Patrimonial e o Ensino de História em Instituições Arquivísticas: Ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.
- 7 A atividade do inventário pedagógico do patrimônio local está disponível para *download* nos sites do IPHAN e MEC.
- 8 O CECA, Comitê para a Educação e Ação Cultural, é um dos comitês internacionais do Conselho Internacional de Museus, ICOM, que mantém seus subcomitês em cada país. O CECA Brasil é um dos comitês mais ativos do ICOM Brasil, mantendo uma produção regular de textos para os encontros anuais, publicando e divulgando a produção intelectual de seus membros. Para maiores informações, ver o Dossiê CECA Brasil de Musas, Revista Brasileira de Museus e Museologia, IPHAN/DEMU, v. 1, n.1, 2004, bem como o site <[network.icom.museum/ceca](http://network.icom.museum/ceca)>.
- 9 Para maiores informações, ver <http://pnem.museus.gov.br>.
- 10 Este conceito foi trabalhado na pesquisa sobre o Mercado Público de Porto Alegre, realizada por Pedro Vargas. Mais informações em: VARGAS, Pedro R. N. F. *O uso do conceito de relação patrimonial nos estudos sobre representações do patrimônio: entre o objeto e o processo de patrimonialização*. In: *Historiæ*, Rio Grande, 3 (3): 113-135, 2012.